



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 11 – Ano VI – 05/2017
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

A dupla leitura, na era da supermodernidade, do conceito de ciência e do papel do pesquisador

Prof. Dr. Vagner Aparecido de Moura
Cofundador do Moura Neuro-Humanities Lab, Psicanalista
Pós-doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologia da Inteligência e Design Digital da PUC-SP
Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP
Doutor em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - SP
<http://lattes.cnpq.br/7435589605455909>
E-mail: vagner.moura420@gmail.com

Resumo: O presente artigo pretende discutir, por meio da estratégia de dupla leitura, de Derrida, o conceito de ciência e do papel do pesquisador na supermodernidade, tendo como base o aporte teórico de Dyson (2009), Snow (1995), Wilson (1999) e o relatório da comissão Gulbenkian (1996). Esse percurso investigativo tem a finalidade de demonstrar as tensões internas e os pontos de instabilidade do discurso epistemológico e das instituições, que o materializam por intermédio dos departamentos, dos programas e das disciplinas.

Palavras-chave: dupla leitura; epistemologia; discurso; ciência.

Considerações iniciais

A epistemologia é sinfrônica e, sendo assim, engendra questionamentos, inquietudes nos pesquisadores que intentam, ao longo do tempo, desnudar o desconhecido, ultrapassar tanto a dicotomia universalismos versus particularismos, quanto a cisão entre as duas culturas – “hard science e “soft science”, com a finalidade não só de traçar percursos/itinerários, embasados em um perspectiva transdisciplinar plural e dialógica, mas também explicar a realidade, os fenômenos que nos cercam por meio de seus particularismos, repletos de teias de significados e de significantes. Essa cadeia está imersa em um regime de poder e de visibilidade. (GRIFOS MEUS)

Para decifrar essa cadeia, é necessário, na primeira leitura, observar, no enunciado epistemológico, a coerência e a consistência interna de seu objeto, isto é, como um discurso ou instituição produz seu efeito de “estabilidade” ou elabora sua “identidade” e “homogeneidade”. Deve-se salientar que essa primeira leitura, de acordo com Derrida, é uma repetição ou mimica da interpretação dominante.

Posterior à compreensão do discurso dominante que corresponde à materialização dos fenômenos ideológico e linguístico. Leva-nos a compreender, em uma segunda leitura, que o fenômeno linguístico é o lugar, o espaço que ocorre a materialidade, espessura a ideias, a temáticas em que o homem se torna sujeito concreto, histórico e porta-voz de um amplo discurso social. Tal discurso é permeado de tensões internas e pontos de instabilidade no interior da instituição.

Por conseguinte, nota-se que a finalidade da dupla leitura é demonstrar, no discurso epistemológico, como a narrativa do conceito de ciência, do papel do pesquisador e das instituições, na contemporaneidade, depende do encobrimento de suas tensões internas para produzir efeitos estáveis de continuidade, identidade e homogeneidade.

Tendo como base essa perspectiva hermenêutica, será abordado, ao longo deste artigo, o conceito de ciência e o papel do pesquisador, por meio do levantamento do aporte teórico do relatório da comissão Gulbenkian (1996), Dyson (2009), Wilson (1999), Snow (1995), com o intuito de proporcionar, ao leitor, um momento de reflexão acerca não só da convergência entre teoria e o objeto empírico, como também de sua práxis na comunidade acadêmica.

O conceito de ciência e o papel do pesquisador

Não existe uma visão científica única, assim como não há uma visão poética única. A ciência é um mosaico de visões parciais e conflitantes. Mas há um elemento comum nessas visões. É a rebeldia contra as restrições imposta pela cultura local predominante, seja ela ocidental ou oriental. (DYSON 2009, p.155)

Essa rebeldia, oriunda de um processo interpretativo acerca dos paradigmas, dos métodos de análises, não só questiona, mas também problematiza a separação entre a cultura científica e as humanidades. Evidencia-se que a cultura científica – visão clássica – está ancorada em duas premissas: a primeira corresponde ao modelo newtoniano que afirma que existe uma relação simétrica entre o passado e o futuro. Nessa relação, há o subjacente de uma perspectiva quase teológica, uma vez que não se pode alcançar o mundo das “certezas” e, por este motivo, não é estimulado o processo de diferenciação entre o passado e o futuro. A segunda premissa está relacionada ao dualismo cartesiano, ou seja, ao pressuposto de que há uma distinção entre a natureza e os seres humanos, entre o mundo físico e o mundo social

Nessa primeira fase, o coenunciador pode perceber que o conceito de ciência legitima-se por meio da busca de leis universais da natureza, com o fulcro de se manter verdadeira para além dos obstáculos de temporalidade e de espacialidade. Nesse cenário, nota-se a necessidade do Estado Moderno, de acordo com o relatório da comissão Gulbenkian (1996, p.20), “de possuir um conhecimento mais exato sobre o qual pudesse basear suas decisões”. Pontuo, ao meu coenunciador, que essa busca pela universalidade, racionalidade e objetividade conduziu, segundo o relatório, “o surgimento de novas categorias de conhecimento já no século XVIII”; no entanto, tais categorias afiguravam-se ainda incertas nas suas definições e fronteiras”. (IBIDEM)

O relatório Gulbenkian (1996, p. 20) ressalta que:

[...] os filósofos sociais começaram, então, a falar de uma “física do social”, e os pensadores europeus começaram a reconhecer a existência, no mundo, de múltiplas espécies de sistemas sociais (como e que pode ser persa?), cuja variedade se impunha explicar. Foi neste contexto, que a universidade (que em larga medida se revelara uma instituição moribunda desde o século XVI, por força de sua anterior ligação estreita à igreja) foi revitalizada nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, tornando-se lugar institucional para a criação do conhecimento.

O cenário universitário, nessa fase, vivenciou um momento de revitalização e de metamorfoses, embasadas em um processo de disciplinarização e profissionalização do conhecimento, isto é, “a criação de estruturas institucionais permanentes destinadas, simultaneamente, a produzir um novo conhecimento e a reproduzir os produtores desse conhecimento” (IBIDEM, p.21). Em relação às disciplinas, o relatório enfatiza que o processo de sistematização demanda uma concentração especializada no âmbito pluridimensional da realidade, com a finalidade de constituir um estudo racionalmente pormenorizado em ramos de conhecimento perfeitamente distinto entre si.

Devem-se observar, nesse processo de disciplinarização, os efeitos da hierarquia do conhecimento que têm como propósito tanto delimitar, controlar e determinar as áreas do saber, como estabelecer fronteiras entre as respectivas áreas, visto que, conforme o relatório da comissão Gulbenkian (1996, p.22), “as universidades passaram a ser espaço privilegiado da permanente tensão entre as artes (humanidades) e as ciências, dois modos de conhecimento definidos como sendo bastante diferentes ou até antagônicos”.

Esses pressupostos obtiveram, no transcorrer de 1850 a 1945, uma valoração em virtude da dicotomia: idiografia versus nomotético, este tinha como objetivo a formulação de leis da natureza, uma vez que visava, conforme Augusto Comte (1947, p. 57), “ a libertação total relativamente à teologia e à metafísica, bem como a todos os demais modos de explicação da realidade”. E Comte (IBIDEM) pondera que “as investigações positivas [...] devem limitar-se, sob todos os aspectos, ao estudo sistemático do que é renunciado à descoberta da causa primeira e do destino final”. Já a idiografia tem como objetivo o estudo das realidades sociais.

Conforme o relatório Gulbenkian (1996, p.52), tal dicotomia engendrou as seguintes implicações:

O estabelecimento das estruturas disciplinares gerou estruturas de investigação de análise e de formação que não apenas se revelaram produtivas e viáveis, como também deram origem à considerável bibliografia que hoje consideramos ser legado das ciências sociais contemporâneas. Por volta de 1945, a panóplia de disciplinas compreendidas pelas ciências sociais encontrava-se praticamente institucionalizada na maioria das universidades de todo o mundo.

[...] ainda por volta de 1945, as ciências sociais distinguiam-se claramente, por um lado, das ciências naturais – que estudavam os sistemas não humanos – e, por outro lado, das humanidades – que tomavam para seu objeto de estudo a produção cultural, mental e espiritual das sociedades humanas “civilizadas”. Todavia, no preciso momento em que, pela primeira

vez, as estruturas institucionais das ciências sociais pareciam finalmente montadas e claramente definidas, as práticas dos cientistas sociais iriam a mudar após a II guerra mundial. Tal circunstância iria criar um fosso cada vez mais fundo entre, de um lado, as práticas e as posições intelectuais dos cientistas sociais, e, de outro, a organização formal das ciências sociais.

Nesse contexto, observam-se, especificamente, três aspectos: o primeiro engloba a nova realidade geopolítica: a denominada guerra fria entre os EUA e a URSS e a independência das colônias; o segundo, o aumento das atividades humanas e o terceiro corresponde à expansão quantitativa e geográfica do sistema universitário em abrangência mundial, que impulsionou a multiplicação de cientistas, intelectuais e profissionais. É relevante pontuar, ao coenunciador, que cada um desses aspectos, de acordo com o relatório da comissão Gulbenkian (1996, p.56), “veio colocar um problema para as ciências sociais tal como estas haviam sido, historicamente, institucionalizadas”.

Essa problemática suscita os seguintes questionamentos:

- a) o da legitimidade das distinções no interior das ciências sociais;
- b) o da maior ou menor abrangência da estreiteza do legado que essas nos deixaram e
- c) o da práxis e utilidade da diferenciação entre as duas culturas.

Evidenciam-se, nessa conjuntura, tanto os debates e as discussões sobre o papel a ciência e de seu legado para a humanidade, como também a multidisciplinaridade que “foi considerada como sendo a expressão de uma resposta flexível, por parte das ciências sociais, a problemas e a objeções levantados em consequência da estrutura das disciplinas”. (GULBENKIAN 1996, p.73).

O relatório Gulbenkian (1996, p.73) elucida os fatos, ao ponderar os pontos de divergência:

Os que assim pensam, consideram que a convergência entre aspectos das ciências sociais e aspectos da história, visando uma ciência social do tipo mais abrangente, constituiu uma forma de abordagem criativa que implicou uma frutuosa fertilização recíproca e que é merecedora de um maior aprofundamento e desenvolvimento. Outros, por seu turno, mostraram-se menos entusiasmados com as conquistas obtidas, considerando que a “interdisciplinaridade” não passa de uma concessão que terá servido tanto para salvar a legitimidade das disciplinas existentes como para superar a lógica moribunda que insistia em lhes acentuar os traços distintivos.

Essa querela apresenta-nos dois cenários: o primeiro está relacionado ao período de 1850 a 1945 em que se nota uma redução do número de designações com o intuito de classificar/nomear os campos do saber; o segundo, pós 1945, observou-se uma tendência de sentido antagônico, ou seja, “o constante surgimento de novos nomes estribados em bases institucionais apropriadas – novos programas e, inclusive, novos departamentos dentro das universidades, novas associações acadêmicas e de investigações; novas revistas e novas categorias de catalogação bibliográfica .(GULBENKIAN 1996, .74).

No final de 1970, houve ênfase para outras indagações: o conhecimento em que medida era eurocêntrico e, sendo assim, em que proporcionalidade o legado das ciências sociais poderia ser considerado localizado; a outra indagação está atrelada à divisão entre as “duas culturas”, ancoradas ao pensamento moderno, teria constituído uma maneira utilitária de estruturar o processo interpretativo da atividade intelectual.

Em detrimento à primeira questão, nota-se, no decorrer dos anos, que não há uma oposição entre universalismo versus particularismos, uma vez que as ciências sociais não constituem um exercício em prol de um saber/conhecimento universal. Essa apreensão é legitimada a partir do momento em que é observado que o “Outro é parte de nós e este nós, permeado de teias de significados que compõem o seu processo de subjetivação de forma singular e dialógica, é foco e objeto de investigação dos intelectuais, caso contrário, o Outro não pode logicamente existir se fosse optado pela universidade do saber”. (MOURA 2014, p.160)

As tensões entre universalismo e particularismos, de acordo com o relatório Gulbenkian (1996, p. 87), não são:

[..] uma descoberta nova. Pelo contrário, eles estão no cerne de um debate no interior das ciências sociais que tem sido recorrente, sob as formas mais variadas, ao longo dos últimos duzentos anos. O universalismo foi acusado de ser uma forma disfarçada de particularismo e, por conseguinte, claramente opressivo. O problema é que aqueles que detêm o poder social têm uma tendência natural para considerar universal a situação vigente, uma vez que ela os beneficia. Assim, a definição daquilo que é verdade universal tem mudado de acordo com as próprias mudanças verificadas na constelação do poder.

O relatório pontua que:

A verdade científica é, ela própria, de natureza histórica. Por conseguinte, a questão não é simplesmente a de saber o que é universal, mas também o

que evolui, e se aquilo que vai evoluindo é necessariamente identificável com o progresso. Como é que as ciências sociais resolvem o problema de descrever um mundo desigual e de sobre ele formular afirmações verdadeiras, quando os próprios cientistas sociais estão enraizados nesse mundo? as reivindicações de universalismo partiram sempre de pessoas singulares, que por sua vez sempre tiveram que defrontar a concorrência de idênticas pretensões por parte de outros. O fato de existirem visões particularistas competindo entre si para determinar o que é universal obriga-nos a levar a sério as questões relativas à neutralidade do estudioso. Há muito que as ciências naturais aceitaram como realidade a ideia de que o medidor interfere naquilo que mede. E no momento está afirmação continua a gerar controvérsia nas ciências sociais, onde, na maioria das razões, essa realidade devia ser mais evidente. (IBIDEM pp.87/88)

O coenunciador deve estar atento ao fato de que em torno da questão da universalidade estão permeadas três questionamentos: a distinção entre assertivas descritiva e analítica; a problemática da validade das assertivas que reflitam a interesses em conflitos e a questão acerca da racionalidade crítica, como base no processo epistemológico, com o papel de estabelecer uma comunicação entre os investigadores, intelectuais e acadêmicos. É fulcral mencionar que, nesse processo, existe uma possibilidade de desnudar o implícito das questões que circundam o universalismo e particularismo por meio de categoria de análise: objetos, objetivos, linguagens e metalinguagens. No entanto, tais categorias devem ser submetidas tanto à diferenciação entre assertiva descritiva e analítica, como à racionalidade crítica, para que acadêmicos, intelectuais e investigadores possam escolher a combinação do universal e do particular enquanto objetos, objetivos e linguagens.

Diante desse contexto, o relatório Gulbenkian (1996, p. 88) suscita as seguintes questões:

Se o universalismo, se todos os universalismos são historicamente contingentes, haverá alguma maneira de construir um universalismo único e relevante para o tempo presente? A solução para o universalismo contingente passa pela criação de guetos ou pela integração social? Será que há um universalismo mais fundo, que vá além do universalismo formalista das sociedades modernas e do pensamento moderno e que aceite as contradições internas de sua universalidade? Seremos nós capazes de promover um universalismo pluralista, por analogia com o panteão indiano, em que o único deus tem muitos avatares?

Esse questionamento impele-nos a pensar acerca do regime de poder e de visibilidade que permeia a comunidade discursiva dos investigadores, dos intelectuais e dos acadêmicos em seu processo coconstituição de teorias, de metodologias para explicar os fenômenos de maneira objetiva e imparcial. Contudo,

observa-se, desde o pós-estruturalismo, que não há uma teoria externa ao mundo que abarque observações imparciais da realidade, uma vez que os enunciados teóricos constituem a parte do mundo que os pesquisadores almejam explicar e descrever. Sendo assim, chamo atenção do meu leitor a perceber que as teorias, ao longo do tempo, possuem os efeitos político e social.

Além disso, é necessário evidenciar a descrença perante a prática científica de associar noções de “essência” ou da “natureza” a determinados fenômenos, entidades e estruturas sociais, como se fossem constantes e, por conseguinte, independentes de seus agenciamentos espacial e temporal. Tendo como base essa postura antiessencialista possibilita observar, em nossas investigações, os processos e as práticas que relacionam conceitos gerais e permanentes a entidades e estruturais sociais que são, de fato, construções históricas contingentes.

Para lograr êxito nessa tarefa, os pesquisadores devem ser anuentes de que o pluralismo, conforme Moura (2014, p.161), “ necessita de uma revolução científica polifônica, onde os pesquisadores deveriam atuar como os Ludditas na Revolução Industrial do século XIX, em prol de romper a cisão estabelecida, ao longo dos anos, entre a cultura humanística e a cultura científica”. Ressalta-se que essa cisão, de acordo com Snow (1995, p.29), “ é pura perda para todos nós” e evidencia “para nós como pessoas e para a nossa sociedade”. Nessa discussão insignificante, nota-se que há uma perda prática, intelectual e criativa, engendrando, desta maneira, a impossibilidade de a sociedade ser capaz de se autoavaliar/repensar com sabedoria.

Snow (1995, p. 37) pondera, de maneira enfática, que o único caminho para sair desse círculo vicioso é “ repensar a nossa educação”, para escapar da armadilha de um conhecimento fragmentário, enclausurado a um único objeto. Isso demanda do investigador, de acordo com Morin (2001, p. 566), “ reunir, contextualizar, globalizar nossas informações e nossos saberes, buscar, portanto, um conhecimento complexo”, e para que isto ocorra em sua plenitude precisa, segundo Carvalho (2003, p. 05), “ aprender a religar a parte e o todo, o texto e contexto, o global e o local e enfrentar paradoxos e contradições que tríade ciência-técnica-indústria impôs ao planeta como um todo, globalizando de um lado, excluindo do outro”.

Carvalho (IBIDEM) esclarece que “a ciência e a técnica devem passar a ser pensadas num amplo circuito de ambivalências e ambiguidades”, sendo assim, o

pensador da era da supermodernidade – antropólogo, astrofísico, linguista, neurocientista, artista ou poeta – deve “dominar as grandes descobertas do conhecimento, do princípio da incerteza à decifração do genoma, para que, de posse delas, possa transversalizar seus saberes, dirigindo-os para a urgente regeneração da unidade humana e para a sustentabilidade planetária”.

Nessa conjuntura, compreende-se o conceito de ciência “como um diálogo entre homem e natureza. Um diálogo, não um solilóquio, como mostram as transformações conceituais ocorridas nas últimas décadas”. (PRIGOGINE 2009, p. 98) O autor salienta que “ a ciência faz parte da busca do transcendental que é comum a outras tantas atividades culturais como a arte, a música e a literatura”. (IBIDEM).

Prigogine (2009, p. 99) complementa sua linha hermenêutica do conceito de ciência ponderando que:

Nosso tempo é um tempo de expectativas, ansiedades e bifurcações. Longe de ser o fim da ciência, creio que nosso período verá o nascimento de uma nova cosmovisão, de uma nova ciência, cuja pedra fundamental engloba a flecha do tempo: uma ciência que faz de nós e de nossa criatividade a expressão de uma tendência fundamental do universo.

Essa temporalidade demonstra-nos que somos seres auto-organizados, ancorados na ordem, na desordem, no lógico e no ilógico, visto que reconstruímos de forma contínua a nossa trajetória no planeta. Esse processo possibilita asseverar, conforme Moura (2014, p. 162), “ que a cisão entre as duas culturas torna inviável o desenvolvimento de um trabalho investigativo pautado na dialogicidade e na criticidade no momento de propor modelos e métodos investigativos”.

A compreensão desse cenário que envolve a complexidade do fazer epistemológico impele-nos a refletir, na supermodernidade, que não devemos ser, nas palavras de Wilson (1999, p. 181), “epistemológicos”, em outras palavras, “ estabelecer uma compreensão perfeita e racional dos fatos que nos cercam, mas para sermos “o honesto suficiente para admitir que precisamos ser hermenêuticos onde não compreendemos o que está acontecendo”. O autor complementa que:

Na proposta de Rorty, a hermenêutica não é o nome de uma disciplina ou programa de pesquisa, como reconheci, mas uma expressão de esperança de que o espaço cultural deixado pela morte da epistemologia não será preenchido – de que nossa cultura deve se tornar uma em que a exigência da limitação e confrontação não seja mais sentida. O discurso entre os

estudiosos, em suma, pode prosseguir sem preocupação com a consiliência¹.

A anuência desse pressuposto e da discussão teórica, ao longo deste artigo, possibilita-me inferir que o pesquisador, na era da supermodernidade, deve estar preparado tanto para lidar e confrontar as ambiguidades, a ordem, a desordem, como também discutir, de maneira profícua, a questão da corporalidade, da imagem, do lugar e do não-lugar do sujeito, do processo de individuação e da alteridade.

Para encerrar esse percurso investigativo, situo, o meu coenunciador, que o conceito de ciência e o papel do pesquisador devem estar embasadas em uma perspectiva transdisciplinar, a qual, nos dizeres de Nicolescu (1977), recrudescer a maneira de ser, de saber e de abordar e, desta maneira, perpassa as fronteiras epistemológicas de cada área do saber. Evidencio que essa perspectiva não só coloca em práxis o diálogo dos saberes sem perder de vista o cenário multifacetado, mas também elabora, de maneira dialógica, um modelo, um método investigativo, nas palavras de Moura (2014, p.163), “contextualizado e personalizado de leituras dos fenômenos que nos cercam dia a dia”, possibilitando ao pesquisador descortinar sem descurar a interconectividade entre a teoria e o objeto empírico.

¹ Wilson (1999, p. 189) entende por consiliência “unidades e processos de uma disciplina que se adaptam a conhecimentos solidamente verificados em outras disciplinas e mostram-se sistematicamente superiores em teoria e na prática a unidades e processos que não se adaptam”

Referências

CARVALHO, E. A. Dualismo e alienação. Scientific American, Ano 1, r.12, Maio de 2003.

COMTE, A. Discurso sobre o espírito positivo. Tradução, introdução, tábua cronológica e sincrônica e notas de Joel Serrão, Seara Nova, 1947.

DYSON, F. O cientista como rebelde. In.: Serrote, v.3; tradução Cristina Fino e outros. São Paulo: Instituto Moraes Salles, Nov. 2009 (pp.155/167)

MOURA, V. A. Proposta de Modelo Netnográfico como método de Pesquisa. Tese de Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP, 2014.

MORIN, E. Os desafios da complexidade. Tradução: Flávia Nascimento. Rio Bertrand Brasil, 2001 (pp.559/568)

NICOLESCU, B. “A evolução transdisciplinar da universidade, condição para o desenvolvimento sustentável”. Responsabilidade das universidades para como a sociedade – International Association of Universities – Quarta conferência trimestral, Chulalongkorn University, Tailândia, de 12 a 14 de novembro de 1997.

Para abrir as ciências sociais. Relatório da comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais. São Paulo: Cortez editora, 1996.

PRIGOGINE, I. Ciência, razão e paixão. Tradução Edgar de Assis Carvalho e outros. São Paulo: Livraria da Física, 2009, 2 edição (pp. 85/112)

SNOW, C. P. As duas culturas e uma segunda leitura. Tradução Geraldo Gerson de Souza/ Renato Azevedo Resende. São Paulo: EDUSP, 1995.

WILSON, E. O. As ciências sociais. In.: A unidade do conhecimento. Consiliência: Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1999 (pp. 173/200)

Abstract: The current article aims to discuss, through double reading strategy of Derrida, the concept of science and the role of researcher in the supermodernity, based on theoretical contribution of Dyson (2009), Snow (1995), Wilson (1999) and the report of Gulbenkian commission (1996). This investigative course has the purpose of demonstrating the internal tensions and instability points of epistemological and institutional discourse, which materialise it by departments, programs and disciplines.

Keywords: double reading; epistemology; discourse; science.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2017

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.